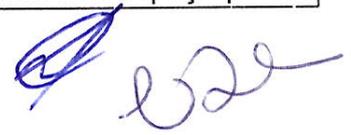
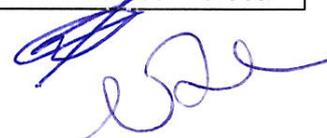


ATA	
2ª Reunião Câmara de Assessoramento Técnico – CAT 2018	
Local: Fundação Piava – Braz Wanka, 238 Sala D 210 – Vila Nova	Município: Blumenau
Data: 08/03/2018	Hora: 13h30min – 16h30min
Presidente: Ricardo Hübner	Secretário: Noemia Bohn
<p><u>Presentes:</u> Joel Dias da Silva, Eduardo Aragão Silva, Ricardo Hübner, Simone Gomes, Paulo Cesar Maçaneiro, Moacir Warmling, Rodrigo Catafesta Francisco, Marcos Alexandre Klitzke, Amabilly Schvambach.</p> <p><u>Convidados:</u> Maria de Fátima Martins, Adelita R. B. Granemann, Rubia Girardi, Cristiano Olinger, Ana Paula Schultz Kujat, Tercilio Bonessi</p> <p><u>Justificaram:</u> Marcos Lima Campos Vale, Alexsandro Peterle, Andréia Pasqualini Blass, Michele Rublesck.</p>	
<p>Ordem do dia e encaminhamentos:</p> <p>1) Aprovação da Ata da reunião anterior. O Sr. Ricardo Hübner iniciou a reunião questionando se todos haviam recebido a minuta da ata e se alguém teria alguma correção ou objeção ao conteúdo. Não houve nenhuma manifestação, a ata foi colocada em votação e aprovada por unanimidade.</p> <p>2) Discussão sobre a proposta de regimento interno para a CAT. A Sr.^a Noemia Bohn explicou que a proposta de regimento foi estruturada com base no capítulo do regimento do Comitê do Itajaí que rege o funcionamento da Câmara Técnica. Foi incorporada na proposta uma antiga sugestão do Sr. Ricardo Hübner para adotar um procedimento padrão com prazos estabelecidos nos casos de solicitação de parecer/anuência do Comitê do Itajaí. A Sra. Noemia Bohn ainda explicou que a demanda por elaborar o regimento, surgiu na última reunião, visando melhorar as deliberações da CAT. Também sugeriu que todos leiam a proposta, encaminhada anteriormente junto à convocação, apontem sugestões e que o tema seja retomado na próxima reunião. O Sr. Paulo Cear Maçaneiro apontou a necessidade de envio das sugestões de alteração com antecedência para serem incluídas antes da próxima reunião. A Sra. Rubia Girardi sugeriu que se trabalhe com a ferramenta de documentos do google para que todos insiram as modificações.</p> <p>3) Relato do “Seminário Internacional sobre experiências de gestão de riscos hidrológicos: medidas estruturais e não estruturais” realizado em 27/02/2018. A Sra. Noemia Bohn solicitou que os membros que participaram relatassem suas impressões sobre o seminário. O Sr. Rodrigo Catafesta Francisco destacou a fala do palestrante Sr. Jeroen Warner que afirmou que a Alemanha tem espaço para</p>	



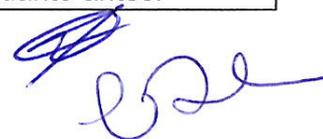
testar as suas obras, porém a Holanda não tem espaço territorial para testes. E que no seu país de origem são promovidas muitas discussões para haver troca de opiniões, saberes e aprendizados entre engenheiros projetistas e a comunidade. Comentou também, que a fala de encerramento da Sra. Sandra Momm foi importante, ao destacar que enquanto a Defesa Civil for utilizada como política complementar, não irá funcionar. O Sr. Joel Dias da Silva pontuou que a população vai ser afetada pelas obras, então ela deve ser ouvida, também colocou que foi interessante conhecer a realidade da Turquia. A Sra. Noemia Bohn afirmou que a população acredita que a Defesa Civil deve trazer uma solução para um problema que é criado pela própria sociedade, colocando a responsabilidade para apenas um dos atores. Ainda destacou que estamos estabelecendo uma boa relação e oportunidade de diálogo com a Defesa Civil. O Sr. Ricardo Hübner considerou acertada a realização do seminário trazendo diferentes pontos de vista, e colocou que, em conversa com o Engenheiro Marcelo Fernandes da Prosul, o mesmo relatou ter ficado surpreso com as palestras e que falta para a engenharia observar os caminhos a não serem seguidos. Ainda relatou a fala de uma estagiária da AGIR, que disse ter considerado interessante participar do seminário e perceber uma visão global, conhecendo os projetos e posteriormente os problemas que podem ser gerados por eles. Concluiu que um evento como este é uma porta para abrir a visão de todos os atores. A Sra. Rubia Girardi, apontou informação da palestra de que a Holanda causou problemas alterando o meio e hoje estão buscando soluções para estes problemas. O Sr. Ricardo Hübner afirmou que ainda não conhecemos seguramente os resultados sobre a diminuição das inundações e também sobre os impactos dessas obras, e estamos na expectativa do estudo do Dr. Carlos Tucci. A Sra. Noemia Bohn, enfatizou que a CAT deverá orientar as decisões do Comitê, e terá de opinar e não se abster. Para isto, estamos construindo e amadurecendo as opiniões, para no final poder decidir. Mas o processo não pode ser tão estendido pois, o Comitê se comprometeu com o Secretário da SDC de ter uma posição até junho de 2018. O Sr. Tercílio considerou interessantes os temas abordados pelos três palestrantes, e concorda com o Sr. Ricardo Hübner. Considerou preocupante a projetista se tratar da mesma empresa da barragem de Pouso Redondo pois, disseram que a barragem teria uso múltiplo, mas hoje funciona apenas como barragem. O Sr. Paulo Maçaneiro solicitou as apresentações realizadas no seminário. A Sra. Camila Ramos informou que aqueles que quiserem um DVD da filmagem do evento na íntegra podem solicitar que será fornecido, e será elaborado um vídeo em formato reduzido. O Sr. Paulo Maçaneiro comentou os prejuízos sociais e econômicos que as enchentes trazem para a bacia e que, portanto, não podemos esperar mais 10 anos para fazer algo pois, conviveremos com as enchentes inevitavelmente. O Sr. Tercílio afirmou que devem ser coibidos os aterramentos irregulares. Concordou que temos que fazer algo urgente, mas questionou se o dinheiro investido nas obras realmente irá resolver o problema. O Sr. Ricardo Hübner afirmou que não somos contra as soluções, mas que a forma deve ser eficaz e coerente, deve haver segurança. Colocou que o posicionamento da CAT deve ser técnico e de não enfrentamento à SDC. O Sr. Paulo Maçaneiro apontou que o poder público não é responsabilizado. E a Sra. Noemia Bohn explicou que a responsabilização do Estado pode ser apontada por meio de ação civil pública. O Sr. Rodrigo Catafesta Francisco, após o seminário informou que técnicos da Defesa



Civil de Timbó, não ficaram sabendo do evento e gostariam de ter participado. A Sra. Noemia Bohn comentou que estes temas devem ser discutidos nos municípios alertando para a responsabilidade dos cidadãos, buscando formas de se adaptar e ser resilientes e não se pode continuar autorizando construções em áreas de inundação. O Sr. Rodrigo Catafesta Francisco sugeriu que se faça um evento itinerante nos municípios para este fim. A Sra. Noemia Bohn relatou que o público alvo do Seminário eram os membros do Comitê e da CAT, mas houve uma divulgação voluntária por parte dos mesmos que acabou por trazer 94 participantes ao evento. O Sr. Eduardo Aragão Silva colocou que alguns questionamentos não foram respondidos pela defesa civil e desta forma a CAT não está confiante para se posicionar antes do resultado do estudo do Dr. Carlos Tucci. O Sr. Ricardo Hübner lembrou que o Plano de recursos hídricos deve fundamentar o parecer da CAT. A Sra. Rubia Girardi citou um estudo de caso realizado em Rosário na Argentina, onde fizeram muitas obras que promoveram uma sensação de segurança para a população. Porém, quando houve um evento extremo de inundação, muitas pessoas morreram por confiarem que as obras seriam suficientes para proteger a população. Ainda apontou que o governo não poderia fazer este tipo de propaganda causando falsa sensação de segurança. Foi apontado pela Sra. Noemia Bohn que a Sra. Fernanda Patrícia de Oliveira representante da Secretaria de Estado da Defesa Civil (SDC) falou ao final do seminário que com as obras a enchente de 1983 não vai se repetir. Para contrapor esta fala, citou uma frase dita pela Sra. Beate Frank que “a enchente maior sempre está por vir”, e concluindo afirmou que as obras reduzem o impacto, mas não resolvem completamente os problemas de inundações. A Sra. Amabilly Schwambach questionou se, enquanto Comitê, é possível exigir dos municípios a criação de leis que restrinjam as obras de aterros. O Sr. Cristiano Olinger informou que foi aprovada em Brusque a minuta da lei de terraplanagem. A Sra. Noemia Bohn informou que a Defesa Civil está fazendo a carta de suscetibilidade para os municípios do estado, e com o Ministério Público estão analisando se os planos diretores são compatíveis com as cartas.

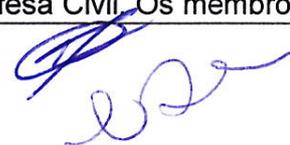
4) Apresentação da proposta do 2º Seminário sobre gestão de riscos hidrológicos a ser realizado em 23/03/2018.

A Sra. Noemia Bohn informou que após o Seminário internacional, se reuniu com a diretora de obras preventivas da Defesa Civil para tratar do próximo seminário. O mesmo será realizado em Florianópolis, com data provável em final de março. Afirmou que a data será confirmada com a Defesa Civil até o final da semana. A programação contará com a apresentação do Dr. Carlos Tucci sobre o impacto dos efeitos sinérgicos das obras, e com a participação de um membro da Câmara de desastres da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH). Deste último, serão pagas as passagens com recurso do Comitê. A Sra. Noemia Bohn também apontou que talvez seja necessário realizar um terceiro e último seminário para que haja uma avaliação geral e mais técnica das obras, se ainda restarem dúvidas. Posteriormente serão levantados possíveis palestrantes que venham a contribuir. O Sr. Ricardo Hübner solicitou que sejam encaminhadas aos membros do Comitê do Itajaí as atas das reuniões da CAT, para que estes tenham melhor condição de acompanhar o processo, se apropriando do conteúdo como um todo antes de votar o parecer. O Sr. Paulo Maçaneiro solicitou a confirmação da data do próximo evento o quanto antes.



5) Discussão dos projetos do Processo 01/2018 - análise do Projeto de prevenção de desastres na bacia do Rio Itajaí proposto pela Secretaria de Estado da Defesa Civil.

A Sr.^a Noemia Bohn iniciou a apresentação do Plano Integrado de Prevenção e Mitigação de Desastres (PPRD). Explicou que o Comitê tem competência normativa, deliberativa e consultiva, portanto, é possível se estabelecer algumas regras. Destacou que o Plano de recursos hídricos da bacia do Itajaí, que incorporou o PPRD entre seus planos de ação, aprovado em 2010 por resolução do CERH, deve ser o instrumento básico para a gestão. Por outro lado, existe o Plano de ação da defesa civil, que não tem uma chancela, por exemplo, do Conselho Estadual de Defesa Civil, e a lei diz que estes dois planos devem conversar. A Sra Rubia Girardi apontou que existe uma previsão de aumento das precipitações para a região em que se insere a bacia hidrográfica do rio Itajaí por causa das mudanças climáticas. Com isto, futuramente, as áreas impermeabilizadas poderão contribuir ainda mais com problemas de inundação e enxurradas. É preciso se pensar em mecanismos para reter a água da chuva nos imóveis e propriedades por meio de caixas d'água e garantir áreas de infiltração. A Sra. Noemia Bohn complementou salientando que cada enxurrada que acontece provoca deslizamentos. O Sr. Tercilio Bonessi relatou evento de intensa pluviosidade com granizo e vento que ocorreu em Rio do Sul há 8 dias, gerando 80 cm de água em alguns locais. Dando seguimento aos temas abordados, a Sra. Noemia Bohn apresentou fragilidades dos processos que estão em análise, que foram constatadas na auditoria operacional na defesa civil estadual, realizada pelo tribunal de contas de Santa Catarina em 2014 e publicada em 2017. O Sr. Paulo Maçaneiro comentou que esta auditoria foi solicitada pela própria defesa civil. O Sr. Tercilio Bonessi levantou a preocupação sobre a existência de recursos para realizar as obras e para a manutenção delas, visto que a auditoria constatou que os investimentos têm sido destinados mais para ações reativas do que preventivas. A Sra Noemia Bohn destacou que já se passaram 4 anos das vistorias desta auditoria. E na época, foi dado um prazo de 90 dias da decisão para se iniciar o plano de ação. Desta forma, afirmou que os órgãos da Defesa Civil Estadual, EPAGRI e SDS devem ser questionados sobre o que já foi regularizado e o que não foi. O Sr. Eduardo Aragão Silva sugeriu solicitar resposta sobre itens da auditoria através de ofício. Pois as vistorias são antigas, e alguns problemas já foram resolvidos como, por exemplo, equipamentos foram trocados. Também sugeriu visitar as barragens para verificar as respostas dos ofícios. O Sr. Tercilio Bonessi concordou, pois com um documento fica oficializado, porque o que se fala não está registrado. A Sra. Noemia Bohn apresentou outra auditoria, esta realizada pelo tribunal de contas da união, que demonstra que os projeto de engenharia podem ter fragilidades, como as demonstradas. E para refletir sobre a responsabilização que a CAT pode ter ao emitir um parecer. O Sr. Ricardo Hübner alertou para o impacto que a aceleração da água poderá gerar nas estruturas de captação de água de alguns municípios, e afirmou que devem haver, por exemplo, estudos de sedimentação e turbidez. A Sra. Noemi Bohn lembrou a informação fornecida pela Sra. Wanda de que para obras que implicam em grande aplicação de recursos é de praxe solicitar auditorias externas sobre o projeto executivo. E apontou como uma sugestão, que o Comitê possa solicitar uma auditoria para os projetos da Defesa Civil. Os membros



da CAT concordaram com a recomendação. O Sr. Moacir Warmling destacou que este é o parecer mais delicado que já foi solicitado para a Câmara Técnica, e que isto irá implicar em um pouco mais de empenho em cada um. Que não devemos estar contra as obras, mas levar nossas dúvidas para que a Defesa Civil também perceba estas dúvidas. Ainda afirmou que se deve ter o cuidado para que o Comitê não seja responsabilizado pelas próximas enchentes por não ter sido favorável as obras. O Sr. Paulo Maçaneiro colocou a importância de solicitar a participação da AMAVI e AMFRI com seus técnicos. A Sra. Rubia Girardi informou que o problema de turbidez elevada interrompendo a captação de água já ocorre. A Sra. Adelita R. B. Granemann apresentou artigos científicos que tratam dos impactos à diferentes ambientes da bacia do Itajaí. Sendo os seguintes: i) Transformações geomorfológicas e fluviais decorrentes da canalização do rio Itajaí-açu na divisa dos municípios de Blumenau e Gaspar (SC), dos autores Gilberto Friedenreich dos Santos e Adilson Pinheiro, publicado na Revista Brasileira de Geomorfologia no ano de 2002; ii) Aspectos geológicos e geomorfológicos, dos autores Juarés José Aumond e Luiz Fernando Scheibe, publicado na revista Dynamis no ano de 1994; iii) Caracterização física do estuário do rio Itajaí-açu, SC, do autor Carlos A. Schetini, publicado na Revista Brasileira de Recursos Hídricos no ano de 2002; e iv) Análise do impactos físicos decorrentes da implantação do Plano Global e Integrado de defesa contra enchentes (PLADE) no estuário do rio Itajaí-Açu, do autor João Luiz Baptista de Carvalho, publicado na revista Dynamis no ano de 1994. Os Srs. Tercilio Bonessi, Paulo Maçaneiro e Eduardo Silva solicitaram o envio das apresentações para os membros da CAT por e-mail.

6) Assuntos gerais.

A Sra. Adelita informou o recebimento de ofício da ACIB informando a troca de representante, e da Unidavi indicando o seu representante para a CAT. Ainda, informou que a Univali não se manifestou quanto ao seu representante. Também questionou qual seria o encaminhamento dado quanto a vaga que ainda restava. Os presentes decidiram por enviar convite à próxima entidade da lista de espera, sendo esta a Unifebe. A Sra. Simone Gomes informou que haverá um Seminário realizado pela Defesa Civil, sobre o qual enviará maiores informações aos membros por e-mail.

Encerrados os trabalhos às 17h15min e nada mais havendo a tratar, lavro a presente ata que vai assinada por mim e pelo presidente.

Noemia Bohn
Secretária da reunião

Ricardo Hübner
Presidente da CAT